



PS acusa Cavaco Silva de ignorar PPP na Madeira

Fiscalizar. PR remeteu pedido de intervenção dos socialistas sobre as PPP rodoviárias para representante da República na região

LÍLIA BERNARDES

Cavaco Silva, Presidente da República, remeteu na semana passada para representante da República da Madeira, Ireneu Barreto, a carta enviada pelo grupo parlamentar do PS Madeira sobre a situação das Parcerias Público Privadas (PPP) rodoviárias na região autónoma, dando conhecimento desta decisão à direção da bancada socialista. O reenvio do documento para o Palácio de São Lourenço (residência oficial do representante) irritou o PS Madeira.

“O Presidente da República simplesmente sacode, mais uma vez, a água do capote quando toca a problemas da Madeira. O caso das PPP é mais uma situação escandalosa. Mas parece que ninguém quer resolver nada, ninguém quer tomar uma posição firme. Por isso a região autónoma chegou ao ponto a que chegou quer em termos políticos, do exercício da democra-

cia, quer na gestão dos dinheiros públicos. Quem paga a fatura de tudo isto? Os madeirenses que começam a perceber que, afinal, esta é uma terra de ninguém”, disse ao DN, Carlos Pereira, líder do grupo parlamentar.

Para o economista, “o País precisava, neste período de profunda crise, de órgãos de soberania interventivos. A Madeira tem um Governo em cacos, o que exigiria uma fiscalização apertada por parte desses órgãos. Não tem!”, reiterou.

Na carta há uma referência à Comissão de Inquérito potestativa que o PS Madeira solicitou e está em curso há mais de 1 ano, transformada num “passeio dos alegres” de responsáveis e governantes que, “protegidos por um regimento inconstitucional, pela manipulação da maioria e a cobertura descarada do representante da República, dizem o que lhes apetece sem qualquer escrutínio público porque são reuniões à porta fechada, num hábito jardinista de transformar a go-

PGR

‘Swaps’ e dívida ainda sem responsáveis

Os contratos *swaps* com empresas públicas da Madeira continuam por explicar. O PS Madeira recorreu à Procuradoria-Geral da República (PGR) em maio no sentido de apurar responsabilidades, mas, até ao momento, desconhecem as medidas que foram tomadas, disse ao DN o presidente do grupo parlamentar, Carlos Pereira, autor da iniciativa. Na carta enviada à PGR refere-se que os contratos avaliados pelo Instituto Gestão Crédito Público (IGCP), 27 pertenciam a empresas públicas regionais, quase 50% das avaliações, “o que revela a dimensão do problema”.



Cavaco Silva num encontro com Ireneu Barreto

vernação numa sociedade secreta”. Ora é precisamente para o representante da República que Cavaco Silva remeteu o documento.

O PS lembrava, ainda, que as PPP rodoviárias da Madeira foram criadas num contexto de endividamento zero da região, e exigiam uma fiscalização profunda e rigorosa, lembrando que estas, apesar de serem empresas privadas, “conseguiram transferir o prejuízo de 17 milhões de euros de *swaps*, contratualizados por essas empresas para o erário público, revelando a criatividade dos donos das PPP e a permissividade do Governo Regional”, nesta matéria.

Por outro lado, revelam “os elevados lucros das duas empresas (20 milhões em 2012), em contrapartida com os custos excessivos e desproporcionais para os contribuintes – 120 milhões de euros por ano, cerca de 2,4% do PIB da RAM”.

Em síntese, os custos anuais com as PPP da Madeira pesam o dobro do que os custos com as PPP nacionais (1% do PIB).

Por outro lado, foram criadas sem concurso público “exigindo-se que os candidatos fossem sócios da Assicom”, associação de indústria e construção da RAM, cujo presidente é o líder parlamentar do PSD, Jaime Ramos.